

## **1 – Introdução**

Ensaio. Estudo que se supõe pouco aprofundado sem grande desenvolvimento e, não raro, sem maiores compromissos com as exigências normalmente associadas a um artigo acadêmico-científico. Ensaio, enfim, "gênero literário". Todavia, o ensaio pode ser também alguma coisa diversa. Em Antônio Sérgio, por exemplo, para ficarmos apenas em nossa própria seara, o ensaio foi com bastante frequência um instrumento privilegiado de expressão de uma mentalidade essencialmente crítica em relação ao seu próprio tempo e ao passado coletivo. Crítica inseparável, é verdade, de um viés ideológico particular que cumpre não minimizar.

Um ensaio portanto, aqui e agora, que pretendemos possa incorporar ao seu próprio fazer um pouco talvez de cada uma daquelas atitudes intelectuais. Algo que seja assim como a tentativa do artista de traçar tão-somente algumas poucas linhas mestras de um desenho ambicioso, cuja conclusão ele sabe que apenas lhe é possível imaginar, mas jamais prever ou sequer prometer. Um ensaio assim concebido deveria ser capaz de condensar as esperanças de seu autor em relação à sua própria habilidade em definir de forma precisa as grandes linhas de força do tema em pauta, enriquecendo-as na medida do possível com as informações e explicações ao seu alcance sabendo porém de antemão da sua incompletude e insuficiência.

Valeria, ainda assim, apesar de tais limitações, a perspectiva bem-intencionada: indicar, quem sabe, a outros mais capazes e dispostos, alguns dos caminhos possíveis, pontilhando-os de indagações ainda em busca de quem possa respondê-las.

Ainda que circunscrita por esta definição preliminar que a situa como um simples ensaio, nossa tarefa se nos afigura das mais problemáticas. Afinal, qual é a nossa intenção? Trata-se, "simplesmente", de uma pretensão bastante ousada - oferecer à curiosidade do leitor algo que na verdade não está sequer devidamente estudado e estruturado do outro lado do Atlântico - o lugar que, por definição, deveria ser o maior interessado e o mais capacitado a realizar um tal empreendimento.

Da ousadia, passemos às dificuldades da tarefa: as nossas e as do próprio leitor. Quanto a nós, é como se tudo estivesse a conspirar contra um final feliz: tempo escasso, sobretudo se quiséssemos, como gostaríamos, retomar leituras e reflexões de vários anos; espaço limitado, pois, afinal, não queremos monopolizar as páginas de uma revista que apenas está dando seus primeiros passos; nossa própria formação, voltada para os tempos barrocos e absolutistas do setecentos e apenas mais recentemente enveredando pelos caminhos das manifestações liberais e das efusões românticas das primeiras décadas do oitocentos lusitano. Enfim, superando isso tudo, nossas dúvidas teórico-metodológicas acerca do objeto que constitui a essência mesma de todo este trabalho - o conceito de historiografia.

Grandes como parecem ser as nossas próprias limitações, não menores serão provavelmente as de boa parte dos nossos possíveis leitores. Contra eles conspiram, de fato, as conseqüências altamente negativas de uma tradição muito longa que tende a fazer-nos, de um modo geral, tremendamente ignorantes, não raro com muita convicção; acerca de tudo ou quase

---

\* Francisco Falcon é livre-docente em história pela Universidade Federal Fluminense tendo sua tese publicada sob o título *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982, É professor na UFF, na UFRJ e na PUC/RJ.

tudo aquilo que diga respeito à história, à sociedade e à própria vida portuguesa. Curiosamente, o desconhecimento caminha com frequência lado a lado com o pseudoconhecimento. Julga-se que se trata de algo muito conhecido, familiar mesmo. No entanto, examinando-se mais atentamente esse suposto saber, logo se revela o seu caráter: um conjunto disforme de imagens estereotipadas, tenuemente entrelaçadas por uma espécie de senso comum que se compraz em ambigüidades, ora inefáveis, ora irreverentes, ao longo de um espectro que vai da estima mais sincera e profunda à galhofa mais desabrida, algo que compreende desde a atitude mental expressa no "Portugal, meu avozinho" até aquela que tanto conhecemos, traduzida na "piada de português".

Em nossos ambientes acadêmicos a situação não é decididamente muito melhor. O fato é que se conhece muito pouco Portugal e os portugueses, particularmente em termos contemporâneos. Bastaria lembrar um exemplo: em nossos livros didáticos, a história de Portugal desaparece a partir da década de 1820. No vasto oceano do desconhecimento generalizado, a história não poderia constituir-se em exceção.

Quase somos tentados a rotular tudo isso de paradoxal, mas temos algumas dúvidas de que seja assim. O fato é que tanto as identidades, reais ou supostas, quanto as diferenças, acopladas por sua vez às atitudes de sincera simpatia ou de mera condescendência, para não escrevermos coisa pior, marcam como verdadeiras constantes todo o nosso comportamento coletivo em termos de relacionamento com as realidades lusas. Tal constatação leva-nos a supor que estamos lidando com um imaginário social constituído e consolidado ao longo de muitos e muitos anos. No lugar do Portugal real, tal como ele existe de fato, com aspectos positivos e negativos, esse imaginário projeta um misto de visão ao mesmo tempo piegas e depreciativa, com as aparências de verdade conferidas pela tradição. Imagine-se assim a dificuldade de um leitor qualquer diante de um estudo sobre "historiografia portuguesa contemporânea", pois, afinal de contas, do que é mesmo que estamos querendo tratar?

Não nos resta outra alternativa senão a de insistirmos em remar contra os ventos e marés nesse vasto oceano de desconhecimento semeado de visões equivocadas. Nem mesmo poderá auxiliar-nos a percepção do fato de que também do lado de lá o desconhecimento e/ou desinteresse têm assumido, com bastante frequência, proporções inquietantes. Mas seria talvez necessário um outro ensaio para que pudéssemos tentar compreender esta outra face do mesmo problema.

Nossa missão consiste assim numa tentativa de levar a bom termo algo que chamaríamos de um (re)conhecimento historiográfico sobre Portugal. Alguma coisa importante sem dúvida, no nosso entender e no dos nossos editores. Quem poderá negar, por exemplo, a escassez existente em nossas universidades de profissionais de história especializados em temas portugueses? Claro, esse número poderia aumentar um pouco se lhe somássemos todos aqueles que realizaram suas pesquisas, para teses ou dissertações em história do Brasil, em arquivos lusos. Mas, ainda assim, quão poucos somos. Subsiste sempre o fato de que, para a imensa maioria dos colegas que fazem parte da nossa comunidade de profissionais de história (docentes e/ou pesquisadores), a historiografia portuguesa, como um todo, é qualquer coisa que simplesmente não existe. Mas cremos que é preciso perguntar: se é assim mesmo que as coisas são, a que vem então este nosso ensaio?

Tal pergunta foi na realidade a primeira que dirigimos a nós mesmos e está praticamente implícita nas linhas anteriores. A resposta de nossos editores encaminhou-se no sentido de que atenderíamos provavelmente a uma curiosidade acadêmica em processo de expansão em nossos meios universitários, contribuindo assim, ainda que em pequena escala, para que se revertam a médio ou longo prazo aquelas atitudes intelectuais e mentais acima referidas. Algo, em suma,

como espicaçar curiosidades e preencher uma "lamentável lacuna". Não estamos certos quanto à adequação da nossa escolha, uma vez que a nossa própria suspeição é evidente. Tendo freqüentado por períodos bastante longos os arquivos portugueses, quando pudemos contactar alguns de seus principais historiadores, tivemos também a oportunidade de vivenciar, no cotidiano, a riqueza e a importância da atividade historiadora em terras lusitanas.

Bem mais importante do que essa vivência em termos estritamente profissionais, foi a compreensão, até onde nos foi possível alcançar, das características específicas da vida lusa através das suas mais variadas formas de manifestação. Pensamos aqui na vida cultural como um todo, nas práticas econômicas, nas formas variadas da vida política, ou seja, todo um complexo de atitudes, hábitos, e comportamentos que dão seu verdadeiro sentido às visões de mundo, às formas de ser e pensar. No interior de tudo isso, assumiam uma importância particular para nós, como é natural, os livros e artigos de história. Não cogitávamos então de algo assim como um levantamento sistemático do que ali se estava produzindo em termos de trabalhos de história, se bem que uma curiosidade, algo exagerada, talvez, nos conduzisse sempre muito além dos temas diretamente relacionados com nossas pesquisas, e não deixássemos de lado aquelas obras que, com toda certeza, muitos de nossos colegas discriminariam a pretexto de serem textos de filosofia, de ciências sociais etc. - em suma, a pretexto de não poderem ser identificadas realmente como obras de "história", aqui entendida em termos escritos.

Foi justamente sobre essa base empírica, insuficiente - forçoso é reconhecê-lo -, que elaboramos uma parte considerável deste texto, tendo sempre em mente a convicção de que o ideal mesmo teria sido um artigo bem mais longo e sistemático.

Antes de finalizarmos esta parte, devemos satisfazer à curiosidade que despertamos no leitor ao mencionarmos, páginas atrás, a dificuldade do nosso objeto teórico - o conceito de historiografia. Certo é que, dentro de uma perspectiva científica mais rigorosa, deveríamos propor, ou adotar, quer como ponto de partida, quer como conclusão, uma teoria explicativa sobre a produção historiográfica portuguesa contemporânea. Indo mais longe, deveríamos demarcar os limites cronológicos e temáticos, e teóricos, tanto do que entendemos por "contemporâneo" quanto do que vem a ser exatamente "produção historiográfica". Só assim, convenhamos, seria factível atingirmos um mínimo de clareza e concisão sobre essa historiografia. A verdade, porém, é que tal teoria ainda não existe, nem nos julgamos em condições de elaborá-la. "Historiografia" para nós, portanto, deverá ser entendida mais no seu sentido terra-a-terra, de conjunto de obras produzidas e reunidas segundo um pressuposto mais ou menos consensual - o de serem trabalhos tidos e havidos como sendo "de história" -, do que no sentido de análise sistemática dos pressupostos epistemológicos subjacentes à própria atividade historiográfica, entendida como o processo mesmo de, produção do conhecimento histórico.

Mais informativos que analíticos, tampouco nos deixaremos seduzir pelas tentações da exaustividade erudita. Não podemos oferecer senão algumas indicações, tentando, aqui e ali, discernir tendências, filiações, contrastes. Temos plena consciência da incompletude dos nossos conhecimentos, o que torna inevitáveis certas omissões ou "esquecimentos". Enfim, não queiram fazer a cobrança pela não atribuição dos famosos rótulos ideológicos aos diferentes autores citados. Referências eventuais e alguns indicadores teórico-metodológicos deverão ser recebidos como meras tentativas de impor alguma ordem ao material empírico, para assim ultrapassarmos nosso próprio impressionismo. É para nós imprescindível que se tenha bastante clareza sobre tais fatos. Nosso objeto está ainda num estágio mais ou menos incipiente de investigação, e

constituiria um cabotismo incrível assumirmos *ex-cathedra* a postura, de sábios dissertando olímpicamente sobre a essência de um objeto cujos exatos contornos se trata ainda de definir.

---

---

## II - A perspectiva histórica

Acreditamos que, para uma exposição sobre as características da "historiografia portuguesa contemporânea" poder fazer algum sentido, deve-se partir de um pressuposto básico: que esse aspecto contemporâneo se afigure como algo relativamente preciso e individualizado para o leitor. Ora, para que isto aconteça, é necessário que tal contemporaneidade seja percebida ou projetada automaticamente sobre um contexto mais abrangente, o qual, no nosso caso, só poderia ser o da historiografia portuguesa como um todo.

Apenas a título de curiosidade, tentemos encontrar em algum lugar de nossa memória a idéia dessa historiografia portuguesa. Quantos historiadores conhecemos, ou, pelo menos, quais deles podemos apenas mencionar? E quantas obras? Qual o nosso grau de familiaridade com essa produção historiográfica? Talvez seja mesmo preferível não responder, não é?

E agora, como iremos fazer? Decerto, a estrada melhor e mais honesta - uma perspectiva geral da história da historiografia lusa - está muito além de nossas possibilidades atuais.<sup>1</sup> Afinal, para o que temos em mira, não faz tanto mal assim deixarmos em paz os grandes cronistas dos séculos XV e XVI, bem como os infatigáveis alcobacenses do século XVII. Esqueçamos também os acadêmicos do setecentos e entremos logo no século XIX, ou, melhor ainda, alcancemos de uma vez por todas o gigante: Alexandre Herculano.

A história da produção historiográfica portuguesa é habitualmente demarcada em função de três nomes (ou quatro, como querem alguns) que parecem resumir toda a essência desse processo: Herculano, Oliveira Martins e Antônio Sérgio. Cada um desses monstros sagrados teve seus admiradores e seguidores, e todos eles têm, ainda hoje, discípulos e adversários. Convém no entanto notarmos, desde logo, um outro dado muito importante: em se tratando das idéias, obras e ações dessas personagens quase mitológicas, não é muito simples a tarefa de distinguir em cada um deles o que constitui verdadeiramente a sua produção historiográfica de tudo o mais que escreveram e que modernamente tem sido denominado de "prosa sócio-política". Neles, mais do que em quaisquer outros, as distinções acadêmicas construídas rigidamente em função das

---

<sup>1</sup> São ainda escassas as obras sistemáticas sobre a história da historiografia em Portugal. Além do artigo de Vitorino Magalhães Godinho, "A historiografia portuguesa do século XX. Orientações, problemas, perspectivas", em *Ensaio III. Teoria da história e historiografia* (Lisboa, Sá da Costa, 1971), texto este dado a público pela primeira vez sob a forma de conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo em agosto de 1954 e inicialmente publicado na *Revista de História de São Paulo*, vol. 10 (21-22), 1955, conhecemos apenas os trabalhos de Joaquim Veríssimo Serrão, *História breve da historiografia portuguesa* (Lisboa, Verbo, 1952) e *Historiografia portuguesa. Doutrina e crítica* (Lisboa, Verbo, vols. 1 e 2, 1973; vol. 3, 1974).

Em compensação, são muito ricas as informações em obras de referência, como: ANSELMO, Antônio Joaquim. "Bibliografia das bibliografias portuguesas". *Revista da História*, vol. 8 (29), 1919, p. 32-48.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *Antologia da historiografia portuguesa*. Lisboa, Europa-América, 1974-1975.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal*. 4 vols. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1961-1971 [reed. 6 vols. 1979].

- SILVA, Inocêncio Francisco da e ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. *Dicionário bibliográfico português*. 22 vols. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

- SOARES, Ernesto. *Dicionário bibliográfico português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Guia bibliográfico. 2a ed. fac-simil. Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.

compartimentações disciplinares perdem com facilidade qualquer sentido. Aliás, nos estudos já produzidos sobre cada um deles, a faceta do historiador não é necessariamente a mais significativa.<sup>2</sup>

---

## 1 - Alexandre Herculano

Alexandre Herculano (1810-1877), gênio português do historicismo romântico, apesar de ser politicamente um liberal e individualista por excelência, representa a síntese mais acabada entre a visão romântica da história e sua perspectiva genético-explicativa, e o rigor metodológico digno de um Niebuhr ou de um Ranke. Para ele, a verdade histórica é possível e é única, dependendo basicamente da pesquisa atenta das fontes documentais e sua crítica rigorosa. A lenda e o mito devem ceder lugar à explicação provada e documentada, se possível através de testemunhas oculares em documentos originais. Apenas em seus romances históricos Herculano se permitiu alguns vãos imaginativos, sobretudo em função de sua extraordinária capacidade de evocação dirigida ao olhar retrospectivo de seus leitores. Conforme o demonstra Barradas de Carvalho, Herculano teve como historiadores exemplares os franceses Thierry e Guizot.<sup>3</sup> A obra histórica de Herculano, porém, extrapola nossos objetivos. Interessa-nos, isto sim, a influência que sua concepção acerca do método histórico e da natureza do trabalho do historiador exerceu sobre gerações de historiadores lusitanos.

Muitos foram aqueles que se inspiraram no mestre e tentaram imitá-lo. Nenhum, porém, conseguiu superá-lo, ou sequer igualá-lo. Por mais importantes que tenham sido os trabalhos históricos produzidos por esses discípulos - Rebelo da Silva (1822-1871), Ramos Coelho (1822-1914), o visconde de Santarém (1791-1856), entre outros -, a verdade é que, se neles vigorou o zelo documental, nenhum foi capaz de produzir obra histórica de igual peso científico e espírito crítico.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Alexandre Herculano, por exemplo, participou direta e ativamente dos principais acontecimentos políticos de seu tempo, notabilizando-se como romancista, poeta, historiador, e também como grande ensaísta, crítico e polemista. Sua obra histórica compreende: *Cartas sobre a história de Portugal* (1843), *Apontamentos para a história dos bens da coroa e forais* (1843-4), *História de Portugal* (vol. 1, 1846; vol. 2, 1847; vol. 3, 1850; vol. 4, 1853) e *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (3 vols., 1854-1859), além de alguns escritos contidos nos *Opúsculos* (vols. 1 a 3, 1873-1876; vols. 4 a 10, 1876-1908; seguidos em 1910 pelas Composições várias de... ). Foi também sua iniciativa a publicação da coleção *Portugaliae monumenta historica*. Joel Serrão, organizador da edição de *Opúsculos: questões públicas, política* (Lisboa, Bertrand, 1983), em sua nota introdutória, intitulada "Método crítico desta edição" (tomo 1, p. 7-19), faz um histórico de tais escritos de Herculano.

A obra de ficção de Herculano inclui *O monge de Cister* (1841), *Eurico, o presbítero* e *O pároco da aldeia* (1844), *Lendas e narrativas* (1851) e *O bobo* (1878). Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, em *História da literatura portuguesa* (Porto, Martins Fontes, 1973), p. 785-808, fornecem importantes informações bibliográficas.

<sup>3</sup> Ver Joaquim Barradas de Carvalho, *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano* (Lisboa, Seara Nova, 1971), especialmente os capítulos 5 - "Pensamento uniforme ou evolutivo?" (p. 85-98) e 7 - "Fontes do historicismo" (p. 133-161), além da extensa bibliografia a partir da p. 171.

<sup>4</sup> A concepção acerca dos chamados "seguidores de Herculano" utilizada por Joaquim Veríssimo Serrão, não explicita adequadamente a existência de dois tipos, ou duas correntes de seguidores (reais ou supostos): a dos romancistas (históricos) e a dos historiadores propriamente ditos. Entre os primeiros, Saraiva e Lopes, op. cit., p. 824 e seg., arrolam: Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), João de Andrade Corvo (1823-1890), Arnaldo Gama (1828-1869), Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), além de outros menos conhecidos. Entre os historiadores, conviria distinguir entre os divulgadores e eruditos de segunda mão, como os já citados Rebelo da Silva e Pinheiro Chagas, e ainda Latino Coelho (1825-1891), e aqueles que se preocuparam seriamente com as

Todavia, o maior problema, sobretudo para os que exigem periodizações lógicas, é verificarmos que a "escola" fundada pelo solitário de "Val de Lobos" criou raízes profundas em Portugal, e sua presença atravessa aquilo que denominamos os "períodos seguintes". Geralmente chamada de "positivismo", essa concepção do *métier d'historien* adentra bem fundo no século XX, como veremos adiante.

---

---

## 2 - Oliveira Martins

J. P. Oliveira Martins (1845-1894) é o maior expoente, ao lado de Antero de Quental, da "geração de 70", a primeira, no dizer do próprio Antero, "que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição".<sup>5</sup> Segundo Joel Serrão, essa foi a geração que substituiu a "fala da liberdade" - aquilo em que se convertera de fato a vivência do liberalismo - pela primazia atribuída pela consciência revoltada ao valor da igualdade.<sup>6</sup> Em Oliveira Martins vão estar presentes o positivismo de Augusto Comte, o idealismo hegeliano, o socialismo utópico e o materialismo histórico. Se Thierry ainda é um referencial, serão no entanto Michelet e Taine que irão preponderar como expressões de uma história profundamente comprometida com a nação e o seu presente.

Identificado por vezes com uma problemática "história realista", Oliveira Martins foi incluído por Antônio Sérgio (ao lado de Antero de Quental) na "terceira geração romântica", aquela que reagiu ao liberalismo existente em Portugal. Embora discordando politicamente, Oliveira Martins admirava Herculano, pois foi o oposto do historiador cientista. Afinal, não sem razão, Unamuno considerou-o o historiador mais artista e mais penetrante da Península no século XIX, de acordo, aliás, com Menendez y Pelayo. A obra de Oliveira Martins é de fato marcada pela sua visão particular da própria história. Trata-se de dar largas à imaginação como reconstituidora do passado, pensado como realidade ressuscitada pelo historiador. Não por acaso, Oliveira Martins pensa essa história como uma sucessão de quadros - há nele um sentido pictórico muito vivo -, numa visão dramática do acontecer - o conflito é um elemento-chave, pois a história é feita de antagonismos.

---

fontes documentais, tais como o visconde de Santarém (1791-1856), Luciano Cordeiro (1844-1900), Ramos Coelho (1822-1914) e Cunha Rivara (1800-1874). Como iremos ver, não se encerra aí a tradição herculaneana.

<sup>5</sup> A chamada "geração de 70" já marcada anteriormente pelas escaramuças da "Questão de Coimbra", vivenciou a época da Comuna de Paris e reuniu-se, já em Lisboa, no Cenáculo, onde foram preparadas as famosas "Conferências democráticas", realizadas no Cassino Lisbonense ainda em 1871. Darwin, Hegel, Renan, Comte e, principalmente, Proudhon, eram então os faróis intelectuais. Ao grupo inicial, de Coimbra, formado por Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga e outros, juntaram-se, já em Lisboa, Batalha Reis, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueira e alguns outros. A esse respeito, ver Saraiva e Lopes, op. cit., p. 891 e seg.

Sobre Antero de Quental, o mais importante do grupo, inclusive Política e ideologicamente, podemos indicar:

- QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.

- SÁ, Victor de. *Antero de Quental*. Porto, Limiar, 1977.

- SÉRGIO, Antônio. *Prosa doutrinal de autores portugueses*. Seleção, prefácio e notas de Joel Serrão. Lisboa, Portugália, s. d.

Nossa citação foi extraída de Cartas de Antero de Quental (Coimbra, 1921), p. 2-3.

<sup>6</sup> Ver Joel, Serrão, *Antologia do pensamento político português 1. Liberalismo, socialismo, republicanismo* (Porto, Inova, 1970), p. 29.

É possível pinçar-se, aqui e ali, frases de Oliveira Martins que ficaram célebres: "A história é sobretudo uma lição de moral", ou "Ciência e história são termos que se excluem." Pode-se também estabelecer distinções mais ou menos pertinentes, como por exemplo entre o historiador imaginoso, pouco preocupado com o rigor científico identificado com a documentação original, historiador artista por definição, e o grande pensador ou filósofo da história, possuidor de visão sintética e grande lucidez acerca do conjunto do processo histórico. É possível, em suma, elogiar ou criticar, só é impossível mesmo ignorá-lo.

A seu respeito, diz Antônio Sérgio: "Tivemos em Herculano uma inteligência mais segura, um caráter mais robusto, maior variedade de gêneros literários, mais direta, cuidada e rigorosa investigação; conhecemos espíritos mais exatos, mais sadios, mais equilibrados ou mais perfeitos; nunca porém, vimos tantas faces da natureza humana dentro da alma de um só escritor".<sup>7</sup>

Os escritos de Oliveira Martins que podemos considerar como obras de história<sup>8</sup> revelam-nos a visão ampla de um historiador da cultura e, principalmente, uma concepção realmente inovadora, que consistiu em pensar como um todo a história ibérica, tendência ainda mais acentuada nesse seu grande contemporâneo e companheiro de lutas, Antero de Quental, ainda que seus caminhos hajam seguido depois rumos ideológicos muito distintos.<sup>9</sup>

Critica-se em Oliveira Martins o pessimismo ou o ceticismo, fruto de uma reavaliação crítica do passado luso que desfaz muitos dos quadros históricos fixados pela tradição. Critica-se também o papel que ele atribui ao acaso e ao momento no rumo dos acontecimentos históricos. Critica-se sua ênfase na história da nação e da civilização lusas, ao ponto de negar a possibilidade de uma "história universal" ou "da civilização". Enfim, são muitas as críticas de seus adversários, contemporâneos ou não.<sup>10</sup>

Vitorino Magalhães Godinho, um dos maiores, senão o maior historiador português vivo, afirma a importância da obra de Oliveira Martins enquanto referencial obrigatório e decisivo para a compreensão da historiografia lusa até pelo menos os anos 30 do século atual.<sup>11</sup> É bem possível que haja um certo exagero nessa afirmação, sobretudo se pensarmos no pouco sucesso que teve na realidade a corrente revisionista da qual Oliveira Martins teria sido o fundador. Seus

---

<sup>7</sup> Antônio Sérgio, *Ensaio V* (Lisboa, Sã da Costa, 1972). A respeito da visão de Antônio Sérgio sobre Oliveira Martins, ver Joaquim Veríssimo Serrão *História breve da...* op. cit., p. 280-281.

<sup>8</sup> Ver Saraiva e Lopes, op. cit., p. 941-955. A obra de cunho histórico de Oliveira Martins compreende: *Teoria do socialismo; evolução política e econômica das sociedades na Europa* (1872); *Portugal e socialismo; exame constitucional da sociedade portuguesa e a sua reorganização pelo socialismo* (1873); *O helenismo e a civilização cristã* (1878); *História da civilização ibérica* (1879, reed. 1881 e 1886); *História de Portugal* (1879); *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880); *Portugal contemporâneo* (1881, reed. 1883), e *História da república romana* (1885). Ver também verbete sobre Oliveira Martins em Joel Serrão (dir.), *Dicionário...* op. cit., vol. 2, p. 960-966.

<sup>9</sup> Sobre tais caminhos divergentes, ver Joel Serrão em Antero de Quental, *Prosas sócio-políticas*, op. cit., p. 44 e seg. Ver também Joel Serrão, *Antologia...* op. cit., p. 31 e seg., e Oliveira Martins, *Temas e questões. Antologia de textos* (Prefácio, organização e notas de Guilherme de Oliveira Martins, com a colaboração de Maria Manuela d'Oliveira Martins. Lisboa, Imprensa Nacional).

<sup>10</sup> Tais críticas, arroladas e encampadas por Joaquim Veríssimo Serrão em *História breve da...* op. cit., p. 285, contrastam vivamente com as opiniões e análises de Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho e Antônio Sérgio, devendo-se entendê-las talvez como uma espécie de evidência do que afirmamos no próprio texto.

<sup>11</sup> V. M. Godinho, "A historiografia portuguesa...", op. cit., p. 230-231.

admiradores e discípulos ou não foram historiadores, ou o foram de maneira medíocre. Tentaram segui-lo, imitá-lo, mas ficaram nos aspectos meramente formais: o conde de Sabugosa (1854-1923), Antero de Figueiredo (1867-1953), C. Malheiros Dias (1875-1941) e, principalmente, Antônio Sardinha (1888-1925). Ao contrário do que diz Godinho, Joaquim Veríssimo Serrão considera que faltaram a Oliveira Martins "ossatura metodológica" e "espírito de sistema".<sup>12</sup> Na verdade, como havíamos antecipado, as avaliações existentes sobre obras de grande envergadura, como é o caso de Oliveira Martins, descambam não raro para tais conclusões antagônicas. Aqueles que pautam seus julgamentos pela régua e compasso de uma visão muito limitada do ofício - o estalão positivista - recusam e repelem as suas criações pouco ou nada ortodoxas, que deixam então de ser trabalhos históricos para se transformar em obras filosóficas ou sociológicas. Inversamente, quem se detenha nos aspectos de ruptura com esse pensar mais ou menos solidificado do cientismo positivista, exalta e admira aqueles poucos que, como Oliveira Martins - e Antônio Sérgio - souberam ousar, desafiando o comodismo das concepções estabelecidas.

Vitorino Magalhães Godinho destaca em Oliveira Martins o grande pensador do último terço do século XIX em Portugal, aquele que viu com clareza a impossibilidade de uma história desvinculada das ciências sociais, ou de uma história de Portugal divorciada da história da Península Ibérica. Colocando a investigação a serviço de uma ação prática, além da recolha de dados - "que ele realizou com cuidado erudito, contrariamente ao que pensa a maioria dos críticos" -, ele procurou dar-nos um edifício. Assim, a esse seu arcabouço de idéias se filiam Alberto Sampaio, Basílio Teles e o próprio Antônio Sérgio.<sup>13</sup>

---

---

### 3 - Antonio Sérgio

Antônio Sérgio (1883-1968), no entender do professor Joel Serrão, constitui a "personalidade mental mais significativa e, estamos em crê-lo, mais duradoura, da primeira metade do século XX português".<sup>14</sup> Pensador combatente por excelência, homem do seu tempo, Antônio Sérgio ultrapassa em muito, quanto à sua importância, o território específico da historiografia. Aliás, para ele a história foi sempre e muito mais um meio, essencial embora, do que um fim. Como escreve Joel Serrão, Antônio Sérgio "foi impelido à tarefa historiográfica tão-só ou sobretudo por imperativos mentais decorrentes do móbil ético da instauração da justiça entre seus concidadãos". Não é outra a interpretação de Vitorino Magalhães Godinho: "Utilizando a história, e muito bem, a fim de nos podermos libertar de peso morto do passado,

---

<sup>12</sup> Joaquim Veríssimo Serrão emite tal julgamento em *História breve da...* op. cit., p. 285, fazendo referência ao fato de que tais escritores, "de formação histórica menos sólida", ao se dedicarem ao romance histórico e às biografias, seguiram apenas os aspectos formais de Oliveira Martins, "mas nunca pretenderam imitá-lo nos cânones da sua obra".

<sup>13</sup> Segundo Godinho, op. cit., estes autores formam "uma geração de eruditos que pesquisaram os arquivos com minúcia e carinho".

Alberto Sampaio (1841-1908) "iniciou a história agrária de Portugal" com *A propriedade e a cultura do Minho e As vilas do Norte de Portugal*, tendo-se dedicado também ao "estudo do desenvolvimento marítimo", com *O Norte marítimo e As póvoas marítimas*. Ver Joel Serrão (dir.), *Dicionário...*, op. cit., p. 731-734.

Basílio Teles (1856-1923), preocupado com a história política (e com a política), foi também autor de vários estudos -de história econômico-social. Ver Joel Serrão, op. cit., vol. 4, p. 139-142.

<sup>14</sup> Joel Serrão em Antônio Sérgio, *Prosa doutrinal...*, op. cit., p. XXI.

não se desvencilhou, é certo, do esquema fundamental de Oliveira Martins, em cuja linha de impulso prossegue, ao ligar a análise histórica aos problemas vivos do tempo dos vivos".<sup>15</sup> Por sinal, o próprio Antônio Sérgio referiu-se, por diversas vezes, a esta maneira, que era a sua, de abordar o estudo da história de Portugal: "Escrever história é uma maneira de nos libertarmos do passado" (e dos seus "espectros", acrescenta alhures), ou ainda, "O que me interessa não é a história, mas somente a mentalidade com que nós (portugueses) a abordamos".<sup>16</sup>

Um estudo abrangente de Antônio Sérgio deveria, por conseguinte, focalizar pelo menos as principais facetas da sua atividade intelectual e política: suas idéias filosóficas, os vetores básicos do seu ensaísmo reformista, sua prática política, e por último, a natureza do historiador Antônio Sérgio. Não nos move porém agora tal ambição. Contentar-nos-emos com muito menos: as relações de cada um desses tópicos com o nosso objeto - a produção historiográfica.

Não são poucas as polêmicas sobre o ideário filosófico de Antônio Sérgio. O fato de ele mesmo haver definido suas concepções filosóficas, oriundas de Platão, Descartes e Kant, como sendo as do "idealismo crítico", suscitou análises as mais diferenciadas: enquanto Joel Serrão tenta compreendê-lo e explicitá-lo segundo os próprios termos em que ele mesmo se situa, Vasco de Magalhães Vilhena preocupa-se em associar tal forma de pensamento à "crise da ideologia burguesa"<sup>17</sup> demarcando sempre aquilo que separa Sérgio do materialismo histórico. Godinho, por sua vez, lamenta aquela autodefinição do mestre, que, "inimigo dos rótulos-gazuas, acabou também se rotulando"<sup>18</sup>, contribuindo assim para que as novas gerações o encarassem com uma desconfiança na verdade injustificada.

Para a historiografia, a principal implicação desse embasamento ontológico e epistemológico de Antônio Sérgio vem a ser a confusão que se criou em torno de sua visão histórica. De fato, Antônio Sérgio procurou sempre chamar a atenção para os condicionalismos econômicos<sup>19</sup>, inclusive em sua excelente Antologia dos *economistas portugueses*.<sup>20</sup> Tal postura foi não raro entendida como expressão do que seria uma concepção materialista da história, em contradição com o seu idealismo declarado. Foi uma acusação particularmente útil ao tempo da repressão salazarista, quando importava silenciar o grande paladino da cidadania lusa.

Joel Serrão demonstra quase exaustivamente a não procedência desse suposto materialismo, pois, para Antônio Sérgio, não é possível imputar o condicionamento das ações humanas de modo absoluto a quaisquer fatores materiais, já que "só à consciente finalidade,

---

<sup>15</sup> V. M. Godinho, "Antônio Sérgio, presença no passado, presença no futuro", em *Ensaio IV* (Lisboa, Sá da Costa, 1971), p. 265. Este artigo foi originalmente publicado em Seara Nova, 1507, maio 1971.

<sup>16</sup> Citado por Joel Serrão em Antônio Sérgio, op. cit., p. XXVIII-XXXIX.

<sup>17</sup> . Ver Vasco de Magalhães-Vilhena, Antônio Sérgio. *O idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa* (Lisboa, Cosmos, 1975). Apesar de tal tipo de viés, trata-se de trabalho sério que busca analisar de três ângulos distintos o idealismo sergiano: o filosófico, o político e o histórico.

Leia-se ainda o artigo de Mário Sotto Mayor Cardia, "O pensamento filosófico do jovem Sérgio", em *História e filosofia* (Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982), vol. 1, p. 411-467.

<sup>18</sup> V. M. Godinho, "Antônio Sérgio, presença. . .", op. cit., p. 266. Neste mesmo artigo, Godinho afirma que Antônio Sérgio não exprimiu a consciência burguesa nem a aristocrática, se bem que mais aristocrata do que burguês, pela origem; esteve muito mais ao serviço dos estratos dependentes e alienados" (p. 267).

<sup>19</sup> Ver Joel Serrão em Antônio Sérgio, op. cit., p. XXXIX.

<sup>20</sup> Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1924.

radicada na estrutural atividade do intelecto é que incumbe a missão de atribuir sentido às coisas". Entre os dois termos que se contrapõem - os fatores materiais e a capacidade mental dos homens - situa-se a liberdade, pois só ela possibilita a justiça, Iremos encontrar aí os grandes vetores do chamado ensaísmo reformista de Antônio Sérgio: humanismo, racionalismo, universalismo. A justiça na liberdade, porém, só será possível a partir da "emancipação da ignorância", para à qual a pedagogia é o meio fundamental.

Sem que tenha sido exatamente um inovador, Sérgio foi o grande pedagogo da cidadania portuguesa, marcando indelevelmente toda uma época. Exerceu um magistério intelectual que o converteu em pólo revitalizador da vida intelectual, como se pode ver através da colaboração que emprestou a várias revistas inovadoras, atuantes, das quais Seara Nova foi provavelmente a mais importante.

Em Antônio Sérgio, a história, a pedagogia e a política reformista complementam-se mutuamente. Num determinado, sentido, história e educação são palavras sinônimas, pois não bastam apenas as "liberdades extrínsecas"; é preciso construir a liberdade autêntica, e tal construção cabe principalmente à escola, uma vez que ela nada mais é senão o "treinar na autonomia os cidadãos em vias de se tornarem autônomos" ou seja, de serem realmente livres. De certa forma, analisa Joel Serrão, essa ênfase na pedagogia foi uma atitude de reação à mesquinha situação mental do país. Isto é, foi a realidade portuguesa que transformou Antônio Sérgio num pedagogo. Aliás, não só um pedagogo, mas um incansável polemista a serviço dos seus grandes ideais reformistas: o cooperativismo e a social-democracia. Tudo isso influi profundamente no Antônio Sérgio historiador.

Sobre esse Sérgio historiador não são menores as divergências. Alguns estudiosos da historiografia simplesmente o omitem de seus trabalhos; outros, ao contrário, o situam como um divisor de águas. Não esqueçamos, porém, que foi a intenção educativa de seus escritos que tornou inevitável o seu encontro com a história. Para Antônio Sérgio, o tipo de história existente em Portugal era um dos mais sérios obstáculos à concretização dos seus ideais de formação da cidadania. Referiu-se ele, inúmeras vezes, aos terríveis "espectros" presentes na história de Portugal.<sup>21</sup> Tentou exorcizá-los sempre, polemizando, escrevendo seus próprios trabalhos de história.<sup>22</sup> Se o mais importante destes últimos não se concretizou, como o lamenta Godinho, grande foi o trabalho executado em favor da desmistificação, da tradição historiográfica, demolindo as "mitologias ritualizadas em que o pretérito é inventado ao serviço da conveniência de interesses instalados".<sup>23</sup>

Sua preocupação foi dupla: combater uma certa maneira de fazer história e ao mesmo tempo desestabilizar a história feita. No primeiro objetivo, era importante descongelar a atitude do pesquisador, mostrar a inutilidade dos comentários eruditos acerca de novos documentos (inéditos). Era um chamamento ao presente, à necessidade de fazer da pesquisa histórica instrumento de compreensão/transformação do presente. Neste particular, muitas de suas afirmações são tipicamente "presentistas", afastando praticamente qualquer validade às

---

<sup>21</sup> Ver Joel Serrão em Antônio Sérgio, op. cit., p. XLVII.

<sup>22</sup> São obras de história de Antônio Sérgio: *Breve interpretação da história de Portugal* (Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, V. M. Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, organizada por Idalina Sã da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Sã da Costa, 1972) e *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal* (Edição crítica orientada pelos mesmos acima mencionados. Lisboa, Sã da Costa, 1973).

<sup>23</sup> V. M. Godinho, "Antônio Sérgio, presença...", op. cit., p. 265. Ver também Antônio Sérgio, *Ensaio 1* (1,1 ed.) p. 163-169.

abordagens mais compreensivas. Já em relação à segunda preocupação, o problema mais urgente se lhe afigurava como sendo a necessidade de produzir uma reinterpretação completa do passado, uma redefinição crítica do verdadeiro sentido do processo histórico português. No entanto, qualquer uma das preocupações está presa a algo fora delas: o uso dessa ferramenta - a história - para transformar as mentalidades dos seus compatriotas e somente assim transformar a nação como um todo.

Ao longo de diversos trabalhos, Vitorino Magalhães Godinho identifica o tipo de história produzido por Antônio Sérgio com as orientações e perspectivas acerca da natureza do ofício do historiador que foram expostas por Oliveira Martins. Trata-se aí, provavelmente, da identidade de vistas entre esses dois autores a respeito do que deveria ser o ofício de historiador no contexto da sociedade portuguesa. É também uma rejeição radical de um certo tipo de concepção historiográfica - "positivista" -, imersa em preconceitos cientificistas e como tal desvinculada, ao menos aparentemente, das questões do presente. Aqueles dois "heréticos" contestadores não poderiam jamais pertencer ao Olimpo.

Um exame mais atento do papel desempenhado por Antônio Sérgio obriga-nos, no entanto, a nuançar um pouco o sentido daquela afirmação de Godinho. Afinal, foi ele mesmo quem assinalou a profunda influência exercida por Sérgio sobre a formação e a atividade dos historiadores lusos até pelo menos 1960.<sup>24</sup> Assim como Joel Serrão e muitos outros, Godinho jamais deixou de externar, nas mais diferentes ocasiões, a imensa dívida intelectual que sua geração contraiu com Antônio Sérgio. Trata-se de algo um tanto paradoxal, uma vez que, sem que tenha propriamente produzido uma "obra" de historiador, Antônio Sérgio é reconhecido como o ponto de partida, o verdadeiro pólo revitalizador da historiografia portuguesa contemporânea. Mesmo em anos mais recentes, inclusive quando de nossa estada em Lisboa, em 1984, pudemos comprovar o quanto permanece viva essa imagem de Antônio Sérgio enquanto referência necessária, crucial, sempre que se trate de estabelecer uma visão retrospectiva da atual historiografia lusa. As homenagens incessantes, os preitos de reconhecimento, as constantes citações, constituem o testemunho dessa "presença de Antônio Sérgio", ainda hoje. E do sentimento, não raro algo difuso, de uma dívida feita de admiração e reconhecimento. Sim, Antônio Sérgio é quase um verdadeiro mito.

Hoje, certamente, quando as batalhas de Antônio Sérgio perderam muito da atualidade histórica que possuíam, quando seus infundáveis combates de liberal anticlerical contra o conservadorismo clerical parecem uma coisa meio fora de moda, já é possível visualizar um pouco o herói como ser humano, isto é, como tendo também suas limitações, suas manias, suas imperfeições. O mito engendra seus críticos, como é bastante natural. Não se trata porém da pseudoquestão do suposto materialismo do mestre, já referida linhas acima, mas das críticas muito mais sérias e pertinentes que desnudam o caráter simplificador de muitas das intuições sergianas - suas famosas antinomias, suas sentenças-síntese etc. Longe de diminuí-lo, tais análises apenas vêm demonstrar o que já afirmamos - a presença e atualidade do pensador Antônio Sérgio.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Ver V. M. Godinho, "A historiografia portuguesa...", op. cit. Segundo Saraiva e Lopes op. cit., p. 1066, Sérgio foi o mais importante pensador português do seu tempo.

<sup>25</sup> Como exemplo do que afirmamos, veja-se o volume inteiramente dedicado a Antônio Sérgio *da Revista de História das Idéias* (2 tomos. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984).

#### 4 - Outros nomes

Abandonando os píncaros da cordilheira, busquemos os vales e as elevações menores. Nossa tarefa tende então a complicar-se, uma vez que o problema da periodização aflora com todas as suas dificuldades. Verificamos, por exemplo, a dificuldade prática no caso de desejarmos estabelecer conexões entre o desenvolvimento historiográfico em si e as vicissitudes históricas mais gerais do país. Poderse-ia, por exemplo, delimitar uma produção associada ao período da República e tentar, a seguir, definir os rumos da produção historiadora correspondente à longa noite do Estado Novo. Entretanto, examinando a questão mais de perto, verificaremos que as coisas não coincidem, ou não se superpõem assim, automaticamente.

Vitorino Magalhães Godinho menciona aqueles historiadores que constituiriam a linhagem mais identificada com as propostas de Oliveira Martins, com sua maneira de ver. Tratar-se-ia, convém notá-lo, de uma filiação em termos de concepção do objeto a ser pesquisado, algo que poderíamos intitular de "história social" e das instituições.<sup>26</sup> Tal observação parece-nos importante, uma vez que esses mesmos autores, do ponto de vista do método histórico - ou seja, quanto ao rigor documental e à preocupação com a publicação de fontes históricas -, são fiéis a Alexandre Herculano. Haveria ainda que acrescentar a essa relação um grande número de historiadores, na quase totalidade reunidos em torno da publicação *Arquivo Histórico Português*, partilhando ainda em boa parte da orientação metodológica de Herculano. Citaríamos assim: Braancamp Freire, Sousa Viterbo, Pedro de Azevedo, Antônio Baião, Esteves Pereira, Ramos Coelho, Victor Ribeiro, Brito Rebelo, Luciano Pereira da Silva e Joaquim Bensaude, entre outros.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Já nos referimos aos três historiadores mencionados por Godinho, a saber, Alberto Sampaio, Basílio Teles e Antônio Sérgio. Ainda em "A historiografia portuguesa ...", op. cit., Godinho cita exemplos de historiadores comprometidos, diríamos nós, com o "espírito" das preocupações de Antônio Sérgio, embora metodologicamente muito mais ligados à linhagem positivista. São eles:

- Antônio de Sousa da Silva Costa Lobo (1840-1913), integrante do grupo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, autor da *História da sociedade portuguesa no século XV*, cuja concepção, segundo Godinho, o identifica corria a vertente que teve em Vidal de La Blanche e Lucien Febvre seus grandes expoentes. Ver Joel Serrão (dir.) *Dicionário...* op. cit., vol. 2, p. 796-797.

- Henrique da Gama Barros (1833-1925), autor da *História da administração pública em Portugal dos séculos XII a XV* (4 tomos, 1855-1922; restando o manuscrito do tomo 5), marcada, segundo alguns, muito mais pela personalidade do jurista do que do historiador. Ver Joel Serrão (dir.) *Dicionário...* op. cit., vol. 7, p. 305-6, e Joaquim Veríssimo Serrão, *História breve da...* op. cit., p. 293-294.

<sup>27</sup> Braancamp Freire (1849-1921), voltado para a genealogia e a heráldica, publicou muito, sobretudo acerca do período correspondente ao século XV e primeiras décadas do XVI. Segundo Godinho, é o mais representativo de todo esse esforço de erudição.

Sousa Viterbo (1845-1910), "o investigador mais operoso de todos os tempos em Portugal", viveu praticamente 30 anos na Torre do Tombo (ver Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit., p. 297) e produziu trabalhos sobre assuntos os mais diversos da história lusa, muitos dos quais de caráter social inegável.

Quase todos os historiadores desta época estiveram associados na revista *Arquivo Histórico Português* (11 vols. Lisboa, 1903-1917), sendo que alguns participaram depois da *Revista de História* (13 vols. Lisboa, 1912-1927), dirigida por Fidelino Figueiredo. Já de sentido algo diverso quanto à concepção da história, esta última publicação ampliou o campo de interesses e abriu-se à literatura e à filosofia, privilegiando, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, "um critério mais interpretativo do que propriamente investigacional". Aos que vieram do Arquivo Histórico somaram-se Fortunato de Almeida, Francisco Rodrigues, Ernesto Sales, A. do Prado Coelho, Luiz Gonzaga de Azevedo e Henrique de Campos Ferreira Lima, entre outros.

Conviria ainda indicar os nomes associados àquelas que eram então as "ciências auxiliares da história", isto é, a história da cultura, particularmente a história da literatura - Teófilo Braga, Carolina Michaelis de Vasconcelos -, a arqueologia e etnografia - Leite de Vasconcelos, Francisco Martins Sarmiento -, a numismática F. Teixeira de Aragão - etc.

Ainda nesse período, último quartel de século XIX, primeiro do atual, encontramos os trabalhos de David Lopes, João Lúcio de Azevedo e Queiroz Veloso,<sup>28</sup> além da publicação, entre 1922 e 1927, de duas grandes histórias de Portugal: uma individual - a de Fortunato de Almeida -, e outra coletiva - organizada por Damião Peres, com muitas colaborações importantes.<sup>29</sup>

De valor desigual, revelando em alguns casos um certo esgotamento da tradição de Herculano, esses historiadores, que marcam, pelo menos cronologicamente, a passagem da Primeira República ao autoritarismo que se cristalizaria no Estado Novo, são em geral objeto de críticas e restrições hoje em dia, denunciando-se o caráter apressado de certas sínteses, ou o indisfarçável viés ideológico de outras. Os anos 30 não foram especialmente propícios à

---

<sup>28</sup> David de Melo Lopes (1867-1942), especialista em estudos muçulmanos, muito erudito, foi, segundo Godinho, "o primeiro a debruçar-se com carinho sobre o Marrocos português" e a traçar uma visão de conjunto do papel da civilização muçulmana nas origens de Portugal ("*A historiografia...*" op. cit., p. 235), escapando-se-lhe, porém, o sentido mais profundo das guerras entre Portugal e o reino de Fez.

João Lúcio de Azevedo (1855-1933), que viveu no Norte do Brasil metade da sua vida, dedicou-se aos estudos históricos, apesar de autodidata. Autor de *Estudos de história paraense* (1892-1893), que lhe valeu a admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1894, após o regresso a Portugal em 1900 participou da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, fundada em 1911 por Fidelino de Figueiredo, tendo colaborado também na *Revista de História*. Suas principais obras são: *Os jesuítas no Grão-Pará* (Lisboa, 1901); *O marquês de Pombal e a sua época* (Lisboa, 1909; 2ª ed. corrigida, Rio de Janeiro, 1922) - obra envelhecida, considerada um libelo por Joaquim Veríssimo Serrão (*História breve da...* op. cit., p. 309); *História de Antônio Vieira* (2 vols. 1918-1921) - a melhor biografia de Vieira; *História dos cristãos novos portugueses* (1922) - muito informativa; *Épocas de Portugal econômico* (1929), e *Novas epanáforas* (1932). Ver Joel Serrão (dir), *Dicionário...* op. cit., vol. 1, p. 264-5.

V. M. Godinho, em "*A historiografia...*", op. cit., p. 234, detém-se longamente na análise de *Épocas de Portugal econômico*, criticando-lhe a idéia basilar de decadência, os inúmeros erros tópicos em história econômica - "os números estão errados" -, a limitação à análise do comércio exterior - que ignora a agricultura -, a inoperância da idéia de "ciclo" etc. A seu ver, "temos que a lançar pela borda fora, sem qualquer piedade",

José Maria de Queiroz Veloso (1860-1962) especializou-se nas questões da segunda metade do século XVI, tendo pesquisado longamente em Simancas e outros arquivos espanhóis. Sua obra, apesar de sólida e bem alicerçada nas fontes, "passa ao longo de todos os problemas importantes", de tal forma que "pode dizer-se que quase toda a pesquisa está por refazer à luz de um critério novo" (Godinho, op. cit., p. 234-5).

<sup>29</sup> Fortunato de Almeida (1869-1933) escreveu, apenas para nos limitarmos às obras mais conhecidas de uma vasta bibliografia: *História de Portugal* (6 vols. 1922-1929) - manual erudito, ainda útil pelas indicações de fontes e bibliografia, abrangendo todos os aspectos da história lusa, mas sem concatenação e extremamente faccioso quanto à época pombalina e ao liberalismo de um modo geral, dadas as convicções católico-conservadoras do autor; e *História da Igreja em Portugal* (6 vols. Porto-Lisboa, Portucalense, 1910-1912) também tendenciosa. Ver Joel Serrão (dir), *Dicionário...* op. cit., vol. 1, p. 115.

Damião Peres dirigiu *História de Portugal* (7 vols. Portucalense, Barcelos, 1926---1935; volume de índices e dois suplementos, 1954 e 1981). A colaboração é desigual quanto à qualidade, incluindo figuras eminentes como Jaime Cortesão, David Lopes, Joaquim de Carvalho, Queiroz Veloso, Lúcio de Azevedo, Paulo Merea e outros. Segundo Godinho, op. cit., p. 236, encontra-se na obra "divisões puramente dinásticas... Menos riqueza de aspectos do que na obra individual (de Fortunato de Almeida) ... insuficiência, no tratamento das instituições políticas e das classes sociais na época moderna".

Em síntese, "nenhuma destas duas grandes histórias serviu de trampolim para qualquer movimento vasto e intenso de investigação; parecem fechar uma época, e não abrir horizontes para a renovação da pesquisa" (Godinho, op. cit., p. 236).

atividade historiadora. Esboçava-se então a tendência que iria afirmar-se nos anos 40 e 50: o retorno à época áurea dos grandes descobrimentos. Talvez não seja propriamente um acontecimento fortuito a publicação, entre 1937 e 1940, de *uma História da expansão portuguesa no mundo*.<sup>30</sup>

---

---

## 5 - Os anos negros do salazarismo

Seria ingenuidade, conforme adiantamos, estabelecer uma relação mecânica de causa e efeito entre o panorama político e a atividade historiográfica. Seria no entanto errôneo ignorar a importância de uma tal conjuntura para o trabalho intelectual como um todo.

Referindo-se aos anos 20 e 30 do século atual, afirma Godinho: "Este gigantesco esforço de erudição, embora parcialmente se prolongue, vai esmorecer - a qualidade das edições de texto diminui muita vez, o número dos pesquisadores restringe-se. A historiografia portuguesa, a partir do segundo quartel do século XX, vai-se perder, ou nas idéias feitas do passado, ou na análise minuciosa de pormenores muitas vezes sem relevância." A guisa de exemplos, o mesmo professor se detém a analisar as obras de Lúcio de Azevedo Queiroz Veloso e David Lopes: a primeira peca pelas generalizações e simplificações, as outras duas, apesar do rigor da investigação arquivística, sobrevoam ou deixam de lado aspectos essenciais dos objetos pesquisados.<sup>31</sup>

Admitamos então que o advento do Estado Novo ocorreu numa fase de crise da produção historiográfica. Para quem, como é o nosso caso, conheceu de perto um pouco do Portugal de antes de 1974, se bem reconhecemos que, em 1969, durante a transição do "caetanismo", o salazarismo moribundo já permitia uma abertura relativa aos intelectuais opositores, não será assim tão difícil entender por que, durante o segundo quartel do século atual, e em boa parte do terceiro, as produções historiográficas realmente sérias e significativas tenham sido tão poucas. Tais exceções correspondem às obras de Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões e, até certo ponto, Fontoura da Costa.<sup>32</sup> Na verdade, o processo de renovação, o surgimento das novas

---

<sup>30</sup> Sob a direção de Antônio Barão, Hernani Cidade e Manuel Murias. 3 vols. Lisboa, Ática, 1937-1940.

<sup>31</sup> Ver V. M. Godinho, op. cit., p. 232. A historiografia portuguesa parecia então mais e mais isolar-se do que começava a ocorrer fora de Portugal - o surgimento dos *Annales*, as novas correntes da história econômica. Persistia virulenta a tendência de isolar-se a história de Portugal, tanto do conjunto da história ibérica (ver Francisco J. C. Falcon, *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982, cap. 4), quanto da do restante do mundo.

<sup>32</sup> Jaime Cortesão (1884-1960), médico, poeta, dramaturgo, principal figura do movimento Renascença Portuguesa até 1921, foi também um dos maiores historiadores lusos do século XX. Diretor da Biblioteca Nacional (1921), reuniu ali o famoso "Grupo da Biblioteca", origem de revistas renovadoras como *Lusitânia* (1924-1927) o *Seara Nova* (a partir de 1921). Participou de obras coletivas como a *História da colonização brasileira* (1922), dirigida por Carlos Malheiros Dias; *História de Portugal* (1928-1935), dirigida por Damião Peres, e *História do regime republicano em Portugal* (1930), dirigida por Luís de Montalvor. Exilado, salvo por pequenos períodos, entre 1927 e 1957, realizou boa parte de seus trabalhos históricos no Brasil a partir de 1940. É autor de: *Os descobrimentos portugueses* (6 vols. 1958-1962), Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (5 vols. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1940), *A geografia e a economia da Restauração* (1940), e *O sentido da cultura em Portugal no século XIV* (1956). De uma linhagem que remonta a Herculano (segundo Joel Serrão), teve o "sentido de uma problemática universal" (segundo Godinho), e "o significado profundamente renovador de sua obra é servido por grandes dons de elegância expositiva" (segundo Saraiva e Lopes). Ver também Joel Serrão (dir.) *Dicionário...*, op. cit., vol. 1, p. 715-716; V. M. Godinho, "A historiografia..." op. cit., p. 237-239, e ainda, sobre o grupo da *Seara Nova*, Saraiva e Lopes, op. cit., p. 1068-1070.

gerações de historiadores, foi ou podado ou deturpado, cortando-se as asas àqueles que recusaram o convite à mediocridade. Não foram raros os que se viram forçados ao exílio, voluntário ou não, como nos casos de Godinho, Oliveira Marques, Gentil da Silva, entre outros. Tampouco foram menos prejudicados aqueles que ficaram exilados no próprio país, excluídos do ensino superior, tolerados quando muito nos liceus, como foi o caso de Joel Serrão.

Para além das perseguições e vinditas pessoais, das adesões interessadas ao regime, única forma de assegurar uma carreira académica, para além portanto das prisões e dos exílios, aos quais o próprio António Sérgio não escapou, o efeito do salazarismo foi mais perverso ainda porque coincidiu com o momento crucial em que se iniciavam algumas das mais importantes transformações da atividade historiadora em outros países, especialmente em França. Contemporâneo do nascimento da *École des Annales*, o período estadonovista luso impediu sistematicamente que se desenvolvesse em Portugal aquilo que era um dos elementos essenciais às novas tendências - o diálogo da história com as outras ciências do homem. Portugal, nos tempos de Salazar, era um país hostil às ciências humanas em geral, e sobretudo às ciências sociais. Seu sistema de ensino - e de pesquisa, por consequência - permaneceu impermeável à sociologia, à economia, à antropologia, à psicologia etc. Isolada das novas correntes, a história encasulou-se, ossificou-se, instrumentalizada, mais que em outra qualquer época, pelo poder autoritário, repetidora de lugares-comuns e incapaz de crítica e modernização. Mecanismo de alienação coletiva, com a tarefa de consolidar a ideologia da "nação" como devir coletivo, a história debruçou-se mais e mais sobre um passado identificado com os tempos heróicos da grei, com as glórias da epopéia das grandes navegações e descobrimentos, com as raízes do destino nacional colonizador. E foi assim que fomos encontrá-la, a essa história, em nossas longas tardes de pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. Pesquisando, a época pombalina, sentíamos-nos muito "modernos" contemplando nossos colegas lusitanos, debruçados sobre gigantescos *in-folios* quinhentistas, ou levantando documentos sobre as conquistas em Angola e Moçambique.

Apesar do ambiente sombrio e difícil alguns poucos historiadores lograram produzir ou iniciar a produção de uma obra séria, não importa quão polêmico possa ter sido eventualmente o seu relacionamento com o regime então em vigor. Pensamos aqui nos trabalhos de Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo.<sup>33</sup>

---

Duarte Leite (1864-1960), matemático, amigo e colaborador de Basílio Teles, foi durante longos anos, até 1931, embaixador no Brasil. Colaborou em História da colonização brasileira, dirigida por Malheiros Dias, notabilizando-se pelo estudo rigorosamente científico das fontes e utilizando ainda o cálculo astronômico ou o cartográfico. É autor de *Descobridores do Brasil* (1931) e *História dos descobrimentos* (2 vols. 1958-1962). Ver Joel Serrão (dir.), *Dicionário...* op. cit., P. 696-699, e V. M. Godinho, "A- historiografia...", op. cit., p. 239-240.

Alberto da Veiga Simões (1888-1954), diplomata de carreira, interessou-se pelos estudos históricos, admirando sobretudo Henri Pirenne, além de Sérgio e Cortesão. Deixou artigos e ensaios sobre as origens dos descobrimentos, o infante dom Henrique e o infante dom Pedro. Lamentavelmente, segundo Godinho (op. cit., p. 240), os manuscritos daquilo que seriam seus livros permanecem inéditos. Ver também Joel, Serrão (dir.), *Dicionário...*, (op. cit., vol. 3, p. 892-893).

<sup>33</sup> Virgínia Rau é autora de *Feiras medievais portuguesas* (1943; 2ª ed, Lisboa, Presença, 1982); *Sesmarias medievais portuguesas* (1946; 2ª ed. Lisboa, Presença, 1982); *Estudos sobre a história do sal português* (Lisboa, Presença, 1984); *Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime* (Lisboa, Presença, 1984; publicação póstuma reunindo trabalhos produzidos entre 1943 e 1971).

Jorge Borges de Macedo escreveu *A situação econômica no tempo de Pombal* (Porto, 1950; 2ª ed. Lisboa, Moraes, 1982); *O bloqueio continental. Economia de guerra peninsular* (Lisboa, Delfos, 1962), e *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII* (Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963; 2ª ed. 1982).

---

---

## 5 - A renovação pós-74

Por mais que saibamos ou tenhamos consciência das infinitas limitações de qualquer periodização ancorada em fatos da história política, não podemos deixar de lado a significação que teve a Revolução dos Cravos de 1974.

Para o ensino, o estudo e a pesquisa da história em Portugal, os acontecimentos de 1974 e dos anos seguintes foram certamente fundamentais. A começar pela reconquista da liberdade de expressão, com o fim da censura, ou pela movimentação dos quadros acadêmicos, mais ou menos esclerosados até então, na medida em que numerosas foram as ascensões, as quedas, as demissões e os ingressos nos corpos docentes universitários. Importantíssima foi sem dúvida a verdadeira "febre historiadora" que aqueceu as mentes jovens pelo menos até 1976, quando tudo parecia possível e era preciso atualizar-se, abrir-se ao mundo, absorver em poucas semanas tudo o que o fascismo mantivera por anos à margem da vida estudantil e acadêmica. O surgimento de novas universidades, as mudanças havidas nas mais antigas, a abertura generalizada ao estudo e ensino das ciências sociais, eis outros tantos fatos cuja importância seria inútil negar quando se quer avaliar os rumos historiográficos desse período.

Mas não constituiria ingenuidade menos grave de nossa parte pretendermos que, a partir do 25 de abril, como por encantamento, tudo mudou. Seria sobretudo anti-histórico. A queda do salazarismo sacudiu tudo, é certo, mas no plano da atividade historiográfica é preciso lembrar que muitos dos mais importantes historiadores de então não surgiram aí, do nada. Quase todos eles, bem ou mal, vinham escrevendo, firmando seu prestígio e sua competência, mesmo às custas dos sacrifícios e frustrações impostos pela repressão. Está claro, portanto, que nomes como os já citados por diversas vezes Vitorino Magalhães Godinho, Joel Serrão, Oliveira Marques, já eram em 1974 historiadores de valor reconhecido.<sup>34</sup>

---

Poder-se-iam mencionar ainda, além destes dois, aqueles citados por Godinho, op. cit., aos quais nos iremos referir mais atentamente adiante: Joel Serrão e Barradas de Carvalho; na história da cultura, Oscar Lopes, Antônio José Saraiva, Lindley Cíntra, Luís de Matos, Salgado Junior Hernani Cidade, Rodrigues Lapa e Mário Cidade; nas relações com a geografia, Orlando Ribeiro e Fernandes Martins; com a antropologia, Jorge Dias, e, com a economia, Armando de Castro.

<sup>34</sup> Joel Serrão escreveu *O caráter social da Revolução de 1383* (1946; 2ª ed. Lisboa, Horizonte, 1976); *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal* (1969; 4.ª ed. Lisboa, Horizonte, 1983); *Antologia do pensamento político português 1. Liberalismo socialismo, republicanismo* (1970; 2.ª ed. Lisboa, Horizonte, 1980), e *Introdução à indústria portuguesa, do antigo regime ao capitalismo* (com a colaboração de Gabriela Martins. Lisboa, Horizonte, 1978). Dirigiu o *Dicionário de história de Portugal*, op. cit., e é autor de dezenas de artigos, apresentações e edições críticas, especialmente das obras de Antero de Quental e Antônio Sérgio. Atualmente, ao lado de Oliveira Marques, dirige a *Nova história da expansão portuguesa*, cujo volume 8 - O império luso-brasileiro, 1750-1822, coordenado por Maria B. Nizza da Silva, vem de ser publicado (Lisboa, Estampa, 1986).

Vitorino Magalhães Godinho é autor de *Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)* (Paris, A. Colin, 1955); *A economia dos descobrimentos henriquinos* (Lisboa, Sá da Costa, 1962); *Ensaio* (tomos 1 a 4. Lisboa, Sá da Costa, 1963-1971); *A economia mundial* (4 vols. 1963-1973; reed. Lisboa, Presença, 1981-1983), e *A estrutura da sociedade portuguesa* (1971; 2.ª ed. Lisboa, Arcádia, 1975). Escreveu também muitos artigos, conferências, ensaios e discursos.

A. H. de Oliveira Marques é autor de *Introdução à história da agricultura em Portugal* (Lisboa, Cosmos, 1962; 3.ª ed. 1978); *Sociedade medieval portuguesa* (1964; 3ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1974); *Ensaio de história medieval portuguesa* (1964; 2.ª ed. Lisboa, Vega, 1980); *História de Portugal* (2 vols. Lisboa, Palas, 1972-1974) - em nossa opinião, a melhor visão de conjunto da história lusitana, sobretudo pela sua atualização informativa e metodológica; e *História da I República. As estruturas de base* (Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1972-1979). Escreveu também diversos artigos e comunicações, assim como organizou e anotou textos.

Se, ao contrário do que tanto havia sido propalado, a Revolução não fez com que muitos trabalhos importantes escondidos nas gavetas viessem à luz, houve uma decisiva revitalização dos estudos e pesquisas em bases modernas. Expressão de toda essa mudança foi o fato de se verificar um rápido redirecionamento dos pesquisadores quanto aos seus objetos de pesquisa - o século XIX e o século XX tornaram-se, afinal, as épocas mais estudadas. A autoridade dos "grandes historiadores da raça" foi enfim submetida ao crivo da crítica, ao mesmo tempo em que se modificava a própria forma de entender a natureza do ofício de historiador, o modo de fazer e compreender a pesquisa histórica. Uma legião de novos historiadores chegou às prateleiras das livrarias e bibliotecas, agora também ao alcance dos estudantes universitários e do público em geral. Sangue novo, novas idéias, novas perspectivas. Houve exageros, sem dúvida, mas o saldo foi positivo. Estivemos novamente em Lisboa em 1984 e, ao examinarmos quem pesquisava o quê na Torre do Tombo e no Arquivo Ultramarino, tivemos a grata surpresa de nos sentirmos algo pré-históricos, pois, agora, os interesses estavam voltados para épocas bem mais recentes do que o final do século XVIII, alvo das nossas investigações.<sup>35</sup>

A produção historiográfica lusa, que já vinha demonstrando seus primeiros sinais de recuperação nos anos 60, teve a sua expansão maior e mais rica na década de 70 e nos primeiros anos da década atual. Neste ponto do nosso ensaio faz-se inevitável uma advertência, podemos apenas apresentar uma parte do que se tem produzido mais recentemente, ressaltando algumas contribuições historiográficas que reputamos mais significativas. Não vai aí, no entanto, qualquer pretensão de esgotarmos o assunto.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Continuava, por exemplo, a publicação da *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa, Verbo, 1977-1984, 7 vols. até então). José Augusto França, de quem já conhecíamos *Lisboa pombalina. Cidade do iluminismo* (1965; 2.ª ed. Lisboa, Bertrand, 1977), publicara posteriormente *A arte em Portugal no século XIX* (2 vols. 1967; 2.ª ed. Lisboa, Bertrand) e *A arte e a sociedade portuguesa no século XIX* (Lisboa, Horizonte, 1972); Orlando Ribeiro, autor de *Portugal, o Atlântico e o Mediterrâneo* (1945; 3.ª ed. Lisboa, Sã da Costa, 1967), publicara também *Introduções geográficas à história de Portugal* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1977).

Entre outras, podemos citar também as obras de Antônio Borges Coelho, *Raízes da expansão portuguesa* (1964; 4.ª ed. Lisboa, Prelo, 1975), *Revolução de 1383. Tentativa de caracterização* (1965; 4.ª ed. Lisboa, Caminho, 1981), *Portugal na Espanha árabe* (4 vols. Lisboa, Seara Nova, 1972-1975), e *Comunas e conselhos* (Lisboa, Prelo, 1973); e ainda as de Armando de Castro, *Evolução econômica de Portugal dos séculos XII ao XV* (Lisboa/Porto, Portugalia-Caminho, 1964-1980), *Portugal na Europa de seu tempo* (1970; 2.ª ed. Lisboa, Seara Nova, 1978), *A economia portuguesa no século XX* (3.ª ed. Lisboa, Ed. 70, 1979), e *Camões e a sua época* (Lisboa, Caminho, 1980).

<sup>36</sup> Apenas um pequeno número de exemplos:

- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa, Sã da Costa, 1979 (Portugal no século XIX, vol. 3).

- CABRAL, Manuel Vilaverde. *Materiais para a história da questão agrária em Portugal. Séculos XIX e XX*. Porto, Inova, 1974.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 2.ª ed. Lisboa, Regra do jogo, 1977 [1.ª ed. 1976].

\_\_\_\_\_. *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa, Regra do jogo, 1979.

- CAPELA, José. *Escravidão, conceitos*. 2.ª ed. Porto, Apontamento, 1978 [1.ª ed. 1974].

\_\_\_\_\_. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias*. Porto, Afrontamento, 1975.

\_\_\_\_\_. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravidão*. Porto, Afrontamento, 1979.

- COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1820-1975*. 2 vols. public. Lisboa, Assírio e Alvim, 1978.

- GARCIA, José Manuel, *As viagens dos descobrimentos*. Lisboa, Presença, 1983.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal. Uma visão global*. Lisboa, Presença, 1984.

Por outro lado, observada como um todo, essa produção mais recente revela a pluralidade de objetos, de métodos e de pressupostos teóricos. A perspectiva marxista (sem entrarmos aí no mérito da sua maior ou menor ortodoxia), proscrita no regime autoritário, beneficiou-se da restauração democrática e se fez presente com maior intensidade, se bem que possamos observar, entre os historiadores de maior presença, uma utilização bastante crítica dos respectivos conceitos, inclusive não excludente em relação a outras formas de abordagem. Bem mais sensível é a adesão às concepções associadas aos *Annales*, tanto no campo da história econômica e da história demográfica, quanto no espaço mais amplo da história social, particularmente dos movimentos sociais. No entanto, ao contrário do que se observa hoje no Brasil, ainda são escassas as manifestações inspiradas no estudo das mentalidades coletivas propriamente ditas, o que não se deve confundir com o fato de haver uma sólida tradição de estudo e pesquisa das ideologias - história social das idéias - e das instituições sociais.<sup>37</sup>

Também marcando outra diferença quanto ao que se passa entre nossos historiadores, em Portugal a inovação temática (de objetos) e de abordagens não implica o abandono de uma sólida e rigorosa tradição de pesquisa documental, ou seja, não se deixa descambar facilmente para o ensaísmo maquiado de produção historiográfica, que tão bem conhecemos. Tampouco se fez

- 
- O LIBERALISMO na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa em 1981. 2 vols. Lisboa, Sã da Costa, 1982.
  - MARQUES, Fernando Pereira. *Exército e sociedade em Portugal*. No declínio do antigo regime e advento do liberalismo. Lisboa, Regra do jogo, 1981.
  - MEDEIROS, Fernando. *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa, Regra do jogo, 1978.
  - MORENO, Humberto Baquero. *Marginalidade e conflitos raciais em Portugal nos séculos XIV e XV*. Lisboa, Presença, 1985.
  - PEREIRA, José Pacheco, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*. 2ª ed. Porto, Nova Crítica, 1976.
  - SÁ, Victor de. *A revolução de setembro de 1836*. 3ª ed. Lisboa, Horizonte, 1980 [1ª ed. 1962].
  - \_\_\_\_\_. *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das idéias socialistas em Portugal (1820-1832)*. Reed. Lisboa, Horizonte, 1978 [1ª ed. 1969].
  - \_\_\_\_\_. *Época contemporânea portuguesa*. Onde Portugal velho acaba. Lisboa, Horizonte, 1981.
  - SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa, Presença, 1983.
  - O SÉCULO XIX em Portugal. *Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*. Lisboa, Presença, 1983.
  - TENGARRINHA, José Manuel. *A revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa, Caminho, 1982.
  - \_\_\_\_\_. *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Prefácio e notas de Manuel Fernandes Tomás. Lisboa, Caminho, 1983.
  - VALENTE, Vasco Pulido. *O poder e o povo. A revolução de 1910*. Lisboa, Dom Quixote, 1976.
  - \_\_\_\_\_. *Tentar perceber*. Lisboa, Imprensa Nacional, s.d.

<sup>37</sup> É fundamental aqui a atividade do Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dirigido inicialmente por Sebastião da Silva Dias, estando hoje sob a responsabilidade de Luís Manuel dos Reis Torgal a publicação da Revista de História das Idéias. Silva Dias e Reis Torgal têm uma produção historiográfica muito rica na qual se destacam, do primeiro, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (4 vols. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980), e *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI* (Lisboa, Presença, 1982), e, do segundo, *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento de José da Gama e Castro* (Coimbra, 1973).

Podemos citar ainda José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira: o seu pensamento político* (Coimbra, 1974) e o *O pensamento político em Portugal no século XVIII*. Antônio Ribeiro dos Santos (Lisboa, Imprensa Nacional, 1983).

sentir ainda de forma significativa a tendência à interdisciplinaridade, embora muito já se tenha andado nessa direção.<sup>38</sup>

No âmbito universitário, enfim, a rigidez das hierarquias é um fato, necessariamente acoplada às exigências de titulação acadêmica e produção científica. Igualmente notável é a importância que têm no panorama geral das atividades ligadas à história os pesquisadores e/ou arquivistas, funcionários portanto dos grandes arquivos e bibliotecas, aos quais se deve uma parcela em nada insignificante da produção historiográfica.

---

<sup>38</sup> O ISCTE - Instituto de Ciência Social do Trabalho e da Empresa desempenha um papel de vanguarda sob tal aspecto, destacando-se os trabalhos de Miriam Halpern Pereira, inclusive sua atividade à frente da revista *Ler História*, a nosso ver o melhor periódico do gênero em Portugal no presente momento. Podemos citar, entre os livros de Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico. Portugal na segunda metade do século XIX* (Lisboa, Cosmos, 1971), *A política portuguesa de emigração, 1850-1930* (Lisboa, Regra do jogo, 1981), e *Revolução, finanças, dependência externa* (Lisboa, Sã da Costa, 1979, Portugal no século XIX, vol. 1).

Por outro lado, e numa outra ordem de idéias, mais de natureza teórico-metodológica, são fundamentais os trabalhos de Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI* (2a ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1983), *Caminhos do saber no Renascimento português. Estudos de história e teoria da cultura* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1986), e *Os descobrimientos e a ordem do saber. Uma análise sócio-cultural* (Lisboa, Gradiva, 1987).

Enfim, cumpre lembrar que alguns historiadores estrangeiros colaboraram decisivamente para o avanço dos conhecimentos históricos sobre Portugal, podendo-se citar, apenas entre aqueles mais recentes, os trabalhos de C. R. Boxer, Albert Silbert, Frederic Mauro, Susan Schneider, Sandro Sideri e H. E. S. Fisher.